



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

ESTEPAN WAI WAI

**RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO E DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA
TROMBETAS-MAPUERA NA FRONTEIRA SETENTRIONAL DO BRASIL: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

SANTARÉM – PARÁ

2019

ESTEPAN WAI WAI

**RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO E DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA
TROMBETAS-MAPUERA NA FRONTEIRA SETENTRIONAL DO BRASIL: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Programa de Ciências Humanas para obtenção do título de Licenciado em História e Geografia, ênfase em Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação.
Orientador: Prof. Mc. João Revelino Caldas de Almeida

SANTARÉM – PARÁ

2019

Wai, Estepan Wai.

Reconhecimento, delimitação e demarcação da terra indígena Trombetas-Mapuera na fronteira setentrional do Brasil: uma revisão de literatura / Estepan Wai Wai. - Santarém, 2019. 50f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Curso Integrado em História e Geografia.

Orientador: João Revelino Caldas de Almeida.

1. Demarcação. 2. Terra Indígena. 3. Wai Wai. 4. Rio Trombetas. I. Almeida, João Revelino Caldas de, orient. II. Título.

UFOPA/Sistema Integrado de Bibliotecas CDD 23 ed. 981.00498

ESTEPAN WAI WAI

**RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO E DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA
TROMBETAS-MAPUERA NA FRONTEIRA SETENTRIONAL DO BRASIL: UMA
REVISÃO DE LITERATURA**

Defesa: 15/02 /2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mc. João Revelino Caldas de Almeida (Orientador)
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Profa. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Profa. Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

SANTARÉM – PARÁ

2019

AGRADECIMENTOS

Ao término deste Trabalho de Conclusão de Curso expresso meus agradecimentos à colaboração de algumas pessoas que o tornaram possível.

Eu agradeço em primeiro lugar a Deus por esta oportunidade de esta aqui hoje realizando um sonho de criança de fazer uma faculdade.

Aos meus pais por não me impedirem de vir estudar, aos meus irmãos (a) por me apoiarem.

Agradeço a minha esposa e minha filha e aos meus cunhados (as) por sempre me incentivarem a continuar e sempre me ajudando como podem.

Agradeço a todos os professores que estiveram comigo ao decorrer desses anos, que mesmo às vezes sem entender nada, não desistiram de mim.

Ao Prof. Mc. João Revelino Caldas de Almeida pela orientação, contribuições e paciência durante a organização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À Profa. Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho pelo companheirismo durante o transcorrer do Curso e por ter aceitado participar da banca examinadora deste TCC.

À Profa. Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos por também ter aceitado participar da banca examinadora deste TCC.

Ao Professor Leandro Pansonato Cazula pela arte na confecção e fornecimento da imagem da área de estudo que enriquecera este trabalho.

Agradeço aos meus amigos (as) por ajudarem.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	iii
RESUMO	01
CIXAPU/TAPOTA.....	02
1. INTRODUÇÃO.....	03
1.1- OBJETIVOS.....	04
1.2- Geral	04
1.1.2 Específicos	05
1.2 METODOLOGIA	05
2- LOCALIZAÇÃO E ACESSO.....	07
3- FISIOGRAFIA DA REGIÃO OESTE DO PARÁ	09
3.1-CLIMA	09
3.2-HIDROGRAFIA	10
3.3-VEGETAÇÃO.....	11
3.4-SOLOS	12
3.5-CENÁRIO GEOLÓGICO	13
3.6-CENÁRIO GEOMORFOLÓGICO.....	14
4. REVISÃO DE LITERATURA	16
5. BREVE HISTÓRICO DA TERRA INDÍGENA TROMBETAS-MAPUERA E DA ALDEIA DE MAPUERA.....	22
6. O PROCESSO DE RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TROMBETAS-MAPUERA	28
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
8. CONCLUSÃO.....	36
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Pag.

Figura 01 – Aldeia Mapuera	03
Figura 02 – Localização da área investigada	08
Figura 03 – Indígenas Wai Wai e Hiskaryana comemoram a demarcação	31

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta aspectos relativos ao processo de interdição, reconhecimento, delimitação e demarcação, da Terra Indígena Trombetas-Mapuera, situada no extremo norte do país, com ênfase na aldeia Mapuera, da etnia Wai Wai, localizada no município de Oriximiná, na porção oeste do Estado do Pará.

Objetivou-se delinear o processo de demarcação dessa T. I, ressaltando as dificuldades e as reivindicações históricas das etnias envolvidas, através de revisão de literatura, baseada em uma pesquisa teórica de referenciais que abordam a temática, selecionando-se autores que possuem contribuição consistente para a discussão e reflexão acerca do objeto de estudo aqui investigado.

Os povos indígenas que vivem ao longo dos rios Trombetas, Mapuera, Cachorro e Nhamundá, em Oriximiná, são conhecidos pelas denominações genéricas Wai Wai e Katxuyana. Entretanto, tais denominações envolvem uma diversidade maior de povos que se auto reconhecem como Hixkariyana, Kahyana, Tunayana, Txikiyana, Karafawyana, Mawayana, Pirixiyana, Txarumayana, Xerewyana, Xowyana, Katwuená, Farukoto. A Fundação Nacional do Índio também reconhece indícios da existência de povos indígenas em isolamento voluntário na área deste município.

No ano de 1987 o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, procedeu à interdição da área para fins de estudos de reconhecimento pelos grupos de trabalho constituídos no âmbito da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em conjunto com outras instituições governamentais de natureza federal e estadual, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Após intenso e extenso trabalho que envolvera reuniões e cursos nas aldeias, pesquisas de campo com extremas dificuldades em decorrência da geografia regional, sobrevoos de reconhecimento, levantamentos em cartórios e prefeituras de documentações, além de outros conflitos de interesses, finalizou-se de todo um esforço que culminou com a demarcação da Terra Indígena Trombetas-Mapuera, área há muito requisitada pelos povos indígenas que habitam o local. O reconhecimento pela FUNAI dos estudos e delimitação realizados pelos grupos de trabalho ocorreu em outubro de 2004, com despacho e resumo do relatório e memorial descritivo, publicados no Diário Oficial da União. Um ano após o

reconhecimento da área pelo Ministério da Justiça, é publicada a Portaria Declaratória da existência e reconhecimento da T. I. Trombetas-Mapuera, em dia 19 de setembro de 2005, no DOU.

Apesar da efetiva demarcação da T. I. Trombetas-Mapuera, as investidas sobre esse território ainda são constantes. Incertezas ainda recaem sobre as etnias que habitam essa Reserva às margens rio Trombetas, principalmente, estando a expansão da indústria de mineração e projetos de construção de hidrelétricas, ao longo da bacia do rio homônimo, entre as mais inquietantes.

PALAVRAS-CHAVE: Demarcação, Terra Indígena Trombetas-Mapuera, Wai Wai, Rio Trombetas, Oriximiná.

CIXAPU/TAPOTA

Taa, on wekatimyasi oroto okaco TCC enatkatopo taki tan on há okaco TCC há. Taa, on yepu poko nasi Demarcação kaconhiri poko kyam wekatimyasi, ahce wa demarca ketknene roowo Wai Wai komo roowon Trobetas-Mapuera yihcirme há. ahce wa niciyatkene, ahce data ahce nunipo kacho. Ero poko tan nasi okaco TCC. Taa, aldeia Mapuera nai município Oriximiná kacome, ero nasi amna nihtinori me há município, Oriximiná kacho.

Taa, tuuna yetacitopo nai Rio Mapuera kacho me, taa, ero yewkuru kyaw no rma tan moxam ha (on warai komo Cachorro e Nhamundá, Oriximiná. Orotó taki nai tihtinosom há oroto no taki etacitopo nai hara Rio Trombetas-Mapuera kacome). Taa, On warai komo taki natu oroto Demarcação kaxapu yaw taki há, on warai komo yanan, Wai Wai, Hiskariyana, Kahyana, Tunayana, Txikiyana, Karapanyana, Mawayana, Pirixiyana, Xerewyana, Xowyana, Katwena, Parikwoto. On warai komo wa natu oroto há demarcação yaw taki há, on wecaki taki natu oroto tihtinosom me há on warai komo yanan. FUNAI komo nihtinorime xa taki natu oroto Governo komo marha, on wicaki yakenon há.

Taa, 1987 cimnipupo Governo komo nesencetkene Ministerio komo Justiça komo, ahce wa ciratu índio komo roowon kacho poko nesencetkene há, FUNAI marha há

(INCRA marha), ero yimaw taki nesencetkene on wara ciratu hami índio komo roowon há ketkene, Demarca kapore maki nai ham índio komo roowon há ketkene taki, on cimnipupo ero wa nesencetkene há. Tihtinosom me ehtome índio komo há ketkene.

Taa, ero yimaw taki niciyatkene há demarca kacho, yihcirme ka Governo komo nenepene kmaiyeu komo, yaro xa índio komo há kacome me há, Demarcação citome taki yiwyaso há, taa, ero yimaw netapicketkene taki demarcação citopo komo há, FUNAI komo yakro rma netapicketkene itore demarca kacho poko há Trombetas-Mapuera po. Yihciyatkene outubro 2004 po, karita yaka marha mewretkene, ero yimaw narpetkene taki ministério yaka justiça yaka marha miya rma taki, karita yaka cixapu Demarcação pokono há, yinihtinori komo me xa taki ehtome há Trombetas-Mapuera há.

Taa, ime taki Demarcação ketkene há Trombetas-Mapuera Wai Wai komo roowon há, ime xa taki xakne Demarca kaxi Wai Wai komo roowon ha, ero nai amna yewkuru tuuna rio trombetas kacome osoti, ero yaw tko nai karaiwa komo ixé ehtoko komo ro maki há okwe, ero yanme thatwa oroto natu exporá ro maki há amna roowon poko há oroto, ina thakwa cirixe natu hitrelétricas okwe, aldeia Mapuera pono kayaritomo thakwa re pira nike há okwe, kiwirimakne me ixirike thakwa okwe. Rio Mapuera amna yewkuru nihce uuma marha Oriximiná wece.

Ero wara maki nai Demarcação citoponho há Aldeia Mapuera há.

TAPOTA IME CIXAPU: Wokpamaxapu, Wai Wai komo roowon Trombetas-Mapuera, Wai Wai komo yeken, Trombetas e Oriximiná.

1. INTRODUÇÃO

A iniciativa tomada neste trabalho está focada em mostrar o processo de demarcação da Terra Indígena Trombetas-Mapuera, que em conjunto com as demais T1's Nhamundá-Mapuera, Zo'é e Katxuyana-Tunayana formam um conjunto de Reservas Indígenas, onde estão assentadas 47 aldeias. Essas terras estão localizadas na tríplice fronteira que abrange porções dos estados do Amazonas, Pará e Roraima, no norte do país.

A Terra Indígena Trombetas-Nhamundá tem uma população de aproximadamente duas mil pessoas e a Trombetas-Mapuera em torno de duas mil e seiscentos pessoas, somando um total de 12 etnias. A aldeia Mapuera (Fig. 01) concentra a maior densidade demográfica, algo em torno de dois mil e duzentos habitantes. A maior parte das aldeias fica às margens do rio Mapuera e o acesso ocorre por esta drenagem, afluente do rio Trombetas.



Fig. 01 – Vista aérea da aldeia Mapuera, da etnia Wai Wai, na Terra Indígena Trombetas-Mapuera, município de Oriximiná - PA. Foto: Mirano Wai Wai (s/d).

De fato, a grande maioria dos povos indígenas tiveram seus territórios ameaçados e invadidos, atos estes que remontam desde os períodos de colonização, imprimindo-se a estes povos muita violência, sempre com o intuito de usurpação de suas terras e das riquezas por estas geradas. Ao longo do processo de “desenvolvimento” do país essa sempre foi a tônica dispensada às nações originárias, o que levou ao atual quadro que se delineia, ou seja, a redução drástica dos povos indígenas e mesmo o extermínio total de alguns, neste caso, infelizmente, a maioria.

Segundo QUEIROZ (2008), o processo de demarcação fundiária encontrou grandes dificuldades ao longo do tempo devido aos diferentes interesses de diversos atores sociais. Mas isso foi mudando com o decorrer do tempo, pois as medidas iniciadas no período colonial de demarcação fundiária passaram pelo Brasil Império até que de fato na contemporaneidade por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, tornou-se mais efetivo, porém com bastante limitação acerca do entendimento da territorialidade indígena.

Os primeiros grupos que conseguiram a delimitação fundiária reconhecida pela União estavam localizados tanto no Estado do Amazonas quanto do Pará nos municípios de Nhamundá, Faro e Oriximiná, ou seja, as primeiras Terras Indígenas demarcadas foram a Nhamundá-Mapuera no ano de 1976 (QUEIROZ, 2008).

Todo esse processo trouxe, porém, não apenas benefícios aos nativos dessa região, mas também limitações no seu modo de viver. Entre os benefícios ocasionados pela demarcação têm-se o aporte de infraestrutura como escolas, postos de saúde, instalação de serviço de radiofonia entre outros fundamentais, que a nosso ver, são mínimos necessários.

O Estado Brasileiro, ao colocar sob sua jurisdição as Terras Indígenas - as T.I's, tenta manter sua presença e autonomia em relação à essas áreas, assim como o controle dos povos que nelas habitam, ainda que o discurso oficial seja que a partir desta prerrogativa nenhum estrangeiro pode entrar sem permissão nas Tis, por exemplo, bem como pessoas não indígenas, “além de poderem explorar todos os recursos para construir suas moradias, bem como caçar, pescar de forma segura para garantir a sobrevivência e o bem estar desse povo”.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, baseado em revisão de literatura, procura-se abordar os momentos transcorridos no Território Indígena Trombetas-Mapuera, e a exposição de como se deu o processo de reconhecimento e demarcação da área, localizada no noroeste do Estado do Pará, que historicamente esteve à mercê das investidas do homem branco, com o intuito de exploração dos recursos naturais e florestais, produzindo um cenário de tensão e apreensão no local, confinando cada vez mais os povos que aí habitam, limitando e inibindo suas práticas seculares de subsistência.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

➤ Descrever o processo de demarcação da Terra indígena Trombetas-Mapuera, enfatizando as dificuldades e as lutas históricas dos nativos para que essa conquista se efetivasse.

1.1.2 Específicos

- - Identificar o processo de início de contato do índio com o não-índio.
- - Analisar a subjugação a que as sociedades indígenas eram submetidas, a partir da visão estereotipada do colonizador.
- - Destacar os aspectos positivos que a demarcação trouxera para o coletivo dos povos indígenas, a partir do reconhecimento pelo Estado Brasileiro do novo território e a perspectiva de autonomia das etnias incluídas no processo.

1.2 METODOLOGIA

A identidade metodológica para muitos pesquisadores é considerada como sendo a essência do trabalho apresentado. O que muitas vezes acaba deixando a desejar no contexto final da apresentação do mesmo. Ao realizar uma pesquisa, o estudioso deve ter uma base epistemológica que o leve a discorrer acerca da problemática que o intencionalizou a materialização do trabalho, mas, sobretudo o caminho metodológico adotado na construção do mesmo, é de suma importância.

A escolha de tal é fundamental, porque é por meio dela que se estabelecem as diretrizes a serem seguidas para se alcançar as respostas propostas nas possíveis hipóteses levantadas. Andrade (2018) nos infere que “pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

Neste trabalho, que se trata de uma pesquisa teórica, a metodologia está baseada em uma pesquisa teórica, com revisão bibliográfica e de literatura que aborda a temática. Chizzotti (2010) nos aponta que “as informações provenientes do levantamento bibliográfico auxilia o pesquisador na delimitação clara do próprio projeto, esclarece aspectos obscuros da pesquisa e o orienta na busca da fundamentação e dos meios de resolver um problema”, o que significa dizer que o suporte epistemológico tem por objetivo fomentar a discussão e o fenômeno a ser estudado.

Segundo Demo (2000) "a pesquisa teórica está dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos". Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. Ou seja, a pesquisa teórica não implica imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção. Ainda Demo (1994) diz que "o conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa". É na pesquisa que se utiliza diferentes instrumentos para se chegar a uma resposta mais precisa. O instrumento ideal deverá ser estipulado pelo pesquisador para se atingir os resultados ideais. No entanto uma pesquisa teórica com cunho bibliográfico e de revisão teórica tem como instrumentos de pesquisa a base epistemológica cunhada nos livros, artigos e periódicos de que trata o objeto de estudo.

Ao optarmos por uma pesquisa teórica, tomamos o cuidado de selecionarmos autores que possam contribuir diretamente para que a discussão e reflexão acerca do objeto de estudo seja sólida e reflita a proximidade com a veracidade levantada na problemática no início do estudo.

2. LOCALIZAÇÃO E ACESSO

O conjunto dessas terras, como descrito acima, está localizado na tríplice fronteira estadual que abarca parte dos territórios dos estados do Amazonas, Pará e Roraima, no norte do país. Segundo Cardozo & Vale Jr. (2012). A Terra Indígena Trombetas-Mapuera perfaz um total de 3.970.898 ha (três milhões novecentos e setenta mil e oitocentos e noventa e oito hectares). A área investigada neste Trabalho de Conclusão de Curso está situada no município paraense de Oriximiná (Fig. 02). Neste trabalho apesar de ser abordar a demarcação de Trombetas-Mapuera como um todo, o foco está mais direcionado à etnia Wai Wai da aldeia Mapuera em Oriximiná.

Este município pertence a mesorregião Baixo Amazonas e a microrregião Óbidos, estando inserido nas seguintes coordenadas geográficas: 01°46'00" S e 55°51'30" W. Gr., apresentando limite a norte com a Guiana Francesa e Suriname, a leste com Óbidos, a sul com Juruti e Terra Santa e a oeste com Faro e com o Estado de

Roraima (IDESP, 2011). O acesso a sede do município pode ser feito via fluvial e aérea, partindo da capital do Estado, Belém ou da cidade polo regional, Santarém. De Óbidos, município próximo, se pode ter acesso por via terrestre à Oriximiná. As aldeias em sua maioria ficam localizadas às margens do rio Mapuera e o acesso às mesmas se dá por esta drenagem que além de afluente é um dos formadores do rio Trombetas, ambos com diversas cachoeiras em seus leitos.

Nesse aspecto é importante destacar que dependendo do período do ano o acesso às aldeias pode se tornar mais demorado e perigoso, visto que na vazante, o tráfego de barcos, canoas e voadeiras é dificultado devido ao grande número de rochas que afloram em vários trechos, o que exige bastante cautela e muita experiência dos pilotos ao navegarem pelos canais estreitos em meio à violência das águas. Muitas das vezes os condutores assim como os demais passageiros são obrigados a arrastar a embarcação para transporem as corredeiras, realidade presenciada e que faz parte da rotina vivida pelo autor deste trabalho.

Essa área trata-se verdadeiramente de um sítio arqueológico riquíssimo com oficinas líticas, inscrições rupestres, entre outros vestígios característicos, muitos ainda não pesquisados por especialistas. Mapuera, aldeia homônima ao rio é a única da região que possui pista de pouso, permitindo aterrissagem de aeronaves de pequeno porte. As demais, contam apenas com o rio como meio de deslocamento (Cardozo & Vale Jr. 2012).

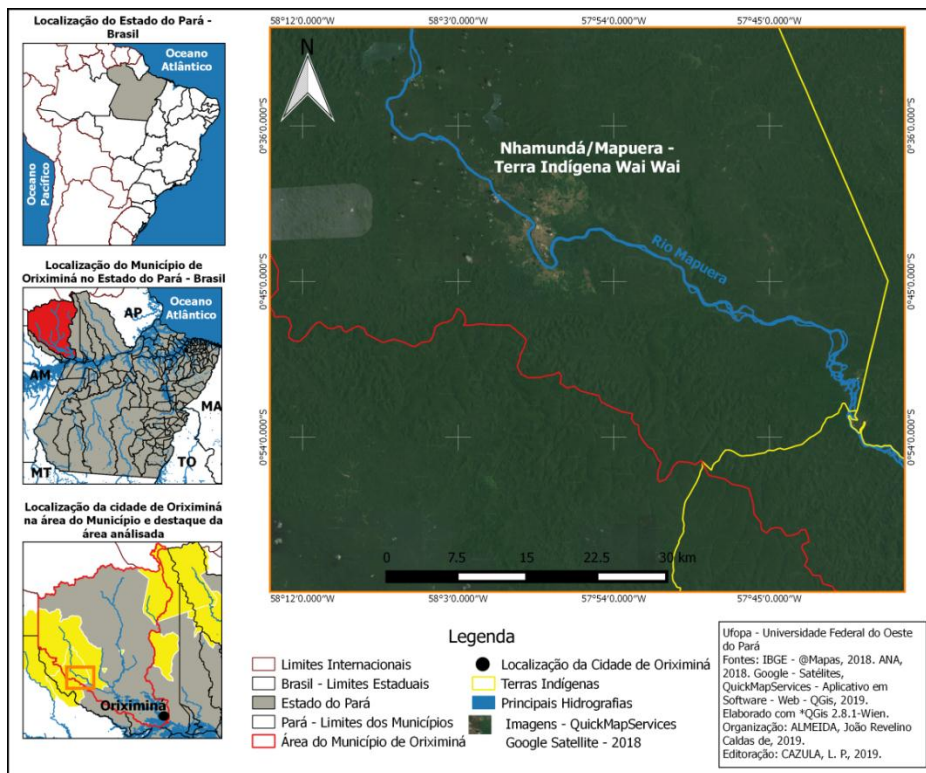


Fig. 02 – Localização da área investigada.

3. FISIOGRAFIA DA REGÃO OESTE DO ESTADO DO PARÁ

3.1 CLIMA

Os elementos do clima são de fundamental importância para se definir o tipo predominante em determinada região. Entre os componentes principais estão a precipitação, a temperatura, o vento, assim como outros. A atmosfera possui uma dinâmica que permite que o clima sofra oscilações. Porém o que irá definir um padrão climático para determinado local é principalmente a localização astronômica da região inserida no contexto. Assim, a posição latitudinal da Amazônia, cortada pela linha imaginária do Equador, estabelece característica especial, há muito conhecida, que é a não existência das quatro estações do ano definidas.

Dominam por esta região elevadas temperaturas, excessiva luminosidade e altos índices pluviométricos no decorrer do ano, permitindo que se armazene uma extraordinária quantidade de calor. Essa dinamicidade encerra na região certa monotonia climática.

Assim, exceto por ocorrências de fenômenos anômalos, como a penetração da massa de ar polar que se desloca da Antártida, ocasionando o fenômeno da

friagem no oeste amazônico, com registros nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, alcançando menos comumente, a faixa ocidental do Pará, predomina o tipo climático Equatorial quente e úmido, praticamente em toda a Amazônia.

Na Amazônia há ocorrência de um período chuvoso, de dezembro a maio e um menos chuvoso, de junho a novembro, o que torna a região bastante peculiar em relação às demais do país e que apresentam sazonalidade bem definidas, por exemplo onde há domínio do clima Tropical, com inverno e verão, e o Subtropical, com as quatro estações ao longo do ano. No município de Oriximiná, onde está situada a área indígena Mapuera assim como em todo o Oeste do Estado tem-se ocorrência de estiagem, com um significativo abaixamento dos níveis fluviais resultante da diminuição das chuvas.

Esse fenômeno foi observado por Sioli (1985) ao descrever que as chuvas que se manifestam sobre a Amazônia no decorrer de um ano caem de forma e quantidade desiguais no espaço e no tempo. Na área de estudo as maiores quantidades de chuvas se concentram de dezembro a junho e os menores índices entre junho a novembro. Este aspecto também chamou a atenção de Sioli (1985) que afirmou que em quase toda a Amazônia notam-se diferenças maiores ou menores entre período chuvoso e estiagem. No período chuvoso se elevam os níveis das águas dos rios, provocando as cheias sazonais, enquanto que durante o estio há o significativo rebaixamento do nível das águas.

As médias de temperatura registradas estão em torno de 26° e 27°C. A amplitude térmica anual e diária é baixa. A umidade relativa do ar é elevada durante o ano todo, chegando os percentuais a ultrapassar a casa dos 80%.

3.2 HIDROGRAFIA

A bacia hidrográfica amazônica concentra o maior aporte hídrico líquido superficial do planeta, margeada em quase toda sua extensão pela imensa *hileia*, denominada por Alexander Von Humboldt. Macros estruturas do relevo terrestre limitam este território: o escudo das Guianas ao norte, o escudo São Franciscano e o oceano Atlântico a leste, o escudo Brasil Central ao sul e a cordilheira dos Andes a oeste.

Essas estruturas geológicas funcionam como divisores de água e por isso mesmo são nascentes de inúmeras drenagens que se deslocam para a baixada

amazônica, fornecendo formidável aporte hídrico à bacia. O maior rio do planeta, o Amazonas, está inserido neste contexto, além de outros com volume de água e extensão consideráveis, a exemplo do Madeira, Tapajós, Xingu e Trombetas.

O Pará detém o segundo maior percentual hídrico da Amazônia, com 24,1% do total desta bacia hidrográfica. Grande parte desse aporte hídrico é usado na geração de energia. Isso tem causado na região inúmeros conflitos de ordens diversas, visto que na implementação dos projetos hidrelétricos não se tem observado os impactos que recaem sobre as comunidades tradicionais e às demais que são atingidas.

Inserido na geografia da bacia amazônica está o rio Trombetas. A área total da sua bacia é de cerca de 129.900 km², tendo o rio aproximadamente 760 km de extensão. É formado pela junção dos rios Poana e Anamu com nascentes nas serras do Acari e Tumucumaque, perto de 500 metros acima do nível do mar na fronteira entre a Guiana e o Suriname, não sendo uma drenagem genuinamente brasileira, portanto.

A geomorfologia foi generosa com o Trombetas, em se tratando de ambientes fluviais encontrados ao longo de seu curso, tais como cachoeiras, ilhas, corredeiras e praias, o que proporciona a possibilidade de balneabilidade e por isso mesmo de aproveitamento turístico. Apenas parte deste rio, cerca de 230 km, é navegável, dado à imensa quantidade de rochas aflorantes em seu leito e trechos encachoeirados. As cachoeiras acabam quando o Trombetas e o Mapuera passam a percorrer a área da bacia sedimentar. A cachoeira Porteira se encontra em terreno da bacia sedimentar, sendo esta a última cachoeira para quem vem a jusante no rio Trombetas.

O Trombetas até a cachoeira Vira-Mundo corre em embasamento cristalino. Suas nascentes estão em terrenos de origem Arqueano/Proterozóico Inferior, porém a maior parte da extensão do mesmo se dá sobre terreno do Proterozóico Médio (RadamBrasil, 1976). Na região do cristalino do Trombetas a ocorrência de ilhas é elevada, enquanto que na região da bacia sedimentar poucas são as ocorrências, existindo aí um grande número de lagos marginais, mas estes estão ausentes na área do cristalino. Extensas praias de areia que se formam na época seca caracterizam a região do baixo Trombetas, à jusante da cachoeira Porteira. Acerca de 35 km ainda a jusante da cachoeira Porteira formam-se extensos bancos arenosos, sendo que estes permanecem submersos durante o período de cheia.

As épocas de cheias e a estiagem no rio Trombetas obedecem respectivamente aos períodos de maiores e menores ocorrências de precipitações em sua bacia. As cheias ocorrem entre abril e julho, com ápice em maio. As secas ocorrem entre setembro e janeiro, com vazão mínima em novembro/dezembro. À montante e à jusante da cachoeira Porteira há ambientes hidrodinamicamente diferentes (Ferreira, 1993).

O rio Trombetas possui foz nas cercanias do município de Óbidos, onde suas águas encontram as do rio Amazonas, pela sua margem esquerda. Pela margem direita do Trombetas o rio Mapuera se destaca como o principal afluente, tendo sua origem próxima da fronteira com a Guiana, drenando uma área de 26.100 km², e desaguando seguidamente a montante da cachoeira Porteira. Em sua margem esquerda o rio Cuminá, também chamado de Erepecuru ou Paru d'Oeste, é o afluente principal. A serra do Tumucumaque na fronteira com o Suriname abriga a nascente deste rio que drena uma área de 47.600 km², e une-se ao Trombetas cerca de 40 km acima de Oriximiná, já quase na confluência com o rio Amazonas (Ferreira, 1993). Na classificação de Sioli & Klinge (1962) a tipologia limnológica do Trombetas e seus afluentes pode ser assinalada como rios de águas claras.

3.3 VEGETAÇÃO

A distribuição vegetal no ecossistema amazônico está diretamente relacionada ao tipo climático dominante principalmente, mas não somente a este e sim também ao tipo de solo, relevo e à hidrografia. Isso permitiu que na região se desenvolvesse uma multiplicidade considerável de ecossistemas com flora variável, constituindo os vários biomas. Sioli (1985) denomina de cadeia de organismos que compõe o ecossistema florestal como fator importante para a manutenção da floresta.

Ab'Sáber (2003) oferece subsídio ao entendimento da conjugação de elementos atuantes para a funcionalidade do que o mesmo denominou de domínio morfoclimático amazônico, ao esclarecer que a posição astronômica da região permite o recebimento de intensa quantidade de energia solar acompanhada de um abastecimento quase constante de massa de ar úmido, de grande estoque de nebulosidade, de baixa amplitude térmica anual e de ausência de estações secas, pronunciados em quase todos os seus subespaços regionais, desde o Golfão Marajoara até o leste do orógeno andino, e que estando esses fatores atrelados à

latitude também, tornam-se os principais responsáveis pela edificação, manutenção e exuberância da floresta.

Os tipos florestais mais expressivos registrados estão distribuídos da seguinte forma: Floresta Tropical de Terra Firme nas modalidades alta e baixa, Floresta de Várzea, Floresta de Igapó, campos naturais, campinas de areia branca, vegetação de áreas costeiras como Restinga e Manguezal.

De acordo com IDESP (2011) o município de Oriximiná é quase 100% recoberto pela Floresta Densa, adquirindo esta diversas variações de tamanho e composição, de acordo com a fisiografia, tipos de solos e o percentual de umidade disponível. Entre os subtipos, destacam-se a Floresta Densa dos Platôs (altos e baixos), ao longo das margens do baixo curso do rio Trombetas; a Floresta Densa Submontana em relevo aplainado, e em platô e relevo dissecado do Complexo Guianense e a Floresta Densa das baixas cadeias de montanhas.

Nas margens do Amazonas, sobressai um complexo de campos intercalados com formações arbustivas e subarbustivas, características de áreas sujeitas a inundações, como as várzeas. Ao redor da sede do município, registra-se a ocorrência da principal área alterada pela ação do desmatamento, onde ocorrem além dos cultivos de subsistência, pastagens artificiais e a Floresta Secundária. Também é destacável o a ação de empreendimentos de grande porte nas margens do rio Trombetas acarretando o surgimento de grandes clareiras, com prejuízo a composição florística do entorno.

3.4 SOLOS

Uma das descrições mais recentes sobre os tipos de solos do Brasil é de Lepsch (2002). Às ocorrências que dominam na região este autor designou de Complexo Regional da Amazônia e abrangem as formações encontradas nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins além da porção setentrional do Mato Grosso e parte ocidental do Maranhão. Nesses locais os horizontes atingem até 5 metros de espessura e estão sob o domínio da floresta equatorial densa e exuberante com relevos planálticos com baixas colinas, morros e montanhas. Inicialmente designados como ácidos e estéreis esses solos apresentam um potencial de vida microbiana, (a biomassa microbiana), muito grande e foram constituídos pela decomposição das rochas, por meio do

enfraquecimento proporcionado pelo intemperismo, com domínio da meteorização química assim como o biológico. As partículas inorgânicas minerais foram desagregadas dos corpos geológicos, processo facilitado pela elevada taxa de unidade e com isso proporcionou a pedogênese.

Mesmo os solos estando inseridos em um contexto de acidez e daí demandarem baixa fertilidade devido à intensa lixiviação, os vegetais que se edificam sobre eles mantêm elevada exuberância. Isso é conseguido através da ação de microrganismos que têm o papel de decompor os restos orgânicos, ou os resíduos do solo. Por sua vez a floresta realiza uma espécie de *feedback*, ou seja, se retroalimenta a partir do momento que retira do solo, através da ciclagem de nutrientes, o que ela própria disponibiliza. Assim, galhos, folhas, animais que morrem e são incorporados como matéria orgânica no solo, pela ação da biomassa microbiana, dão aporte nutricional dos vegetais.

Na área do município de Oriximiná, de forma geral, a distribuição pedológica é complexa. Entre as ocorrências destacam-se o Podzólico Vermelho-Amarelo textura argilosa e o Podzólico Vermelho-Amarelo equivalente eutrófico, textura argilosa; Latossolo amarelo distrófico textura média e argilosa; Podzólico Vermelho-Amarelo textura média e Areia quartzosa; Gley Pouco Húmico eutrófico textura indiscriminada e Aluviais eutróficos, em associações (IDESP, 2011).

3.5 CENÁRIO GEOLÓGICO

Na Amazônia os episódios mais recentes, o primeiro datado do Terciário Superior e o segundo do Quaternário distinguem os cenários geológicos recentes e são responsáveis por impor uma nova configuração geomorfológica à região. Devido à orientação dos movimentos, de natureza intraplaca, relacionados a rotação para oeste da placa da América do Sul, essa movimentação dextral leste-oeste marca o início de um novo ciclo geológico, a neotectônica. Advém desta dinâmica que basculou toda a região o surgimento de novas estruturas, deposição de sequências sedimentares, reorganização do sistema de relevo e dos ambientes fluviais, com imposição dos padrões de drenagens atuais.

Costa *et al.* (1996), destacaram as estruturas neotectônicas do Terciário Superior que se sobressaem no Oeste do Pará e que são exibidas através das falhas inversas e dobras de direções ENE-WSW e NE-SW que atingem os sedimentos da Formação Alter do Chão ao longo de uma faixa de aproximadamente 150 km de largura e 600 km de extensão. É registrada a ocorrência de dobras com

dimensões quilométricas e serras alongadas que assumem a direção preferencial NE-SW e com altitudes de até 200 m, efeitos do primeiro pulso neotectônico.

Posteriormente, no Quaternário as estruturas geradas formaram dois segmentos distensivos e um segmento transcorrente com interseção na região de Santarém-Monte Alegre em uma junção tríplice, o que caracteriza o início do segundo pulso neotectônico a se manifestar na região.

O primeiro segmento distensivo é formado por falhas normais de alto ângulo apresentando extensão superior a 250 km, com orientação preferencial NW-SE. O rio Trombetas em seu trecho inferior é controlado pela atuação dessas falhas que também agem controlando o trecho do rio Amazonas situado entre Juruti e Santarém. Em razão de jogos de blocos de falhas são encontrados lagos relacionados com meandros abandonados por migração de canais nestes locais, assim como há ocorrência de extensos depósitos de sedimentos pelíticos que são atrelados às planícies de inundação. Falhas normais assinalam um segundo segmento distensivo e exercem o controle estrutural do baixo curso do rio Tapajós. Assumem orientação preferencial NNE-SSW e têm 200 km de extensão, aproximadamente.

O terceiro e último segmento registrado, transcorrente, estabelece forte controle na orientação geral do rio Amazonas e se prolonga de Santarém até os contornos de Gurupá, apresentando orientação preferencial ENE-WSW. Feições geomorfológicas como lagos extensos, relacionados às drenagens meândricas pretéritas e que foram abandonadas por migração do rio Amazonas para norte, em contrapartida aos movimentos ao longo das falhas transcorrentes, são comuns nesta porção. Costa *et al.* (1996) assinalam que na região de Monte Alegre, que se encontra assentada na área de intercessão dos segmentos descritos, essas estruturas continuam ativas e que nessa localidade existem fontes termais, assim como há registro de manifestações sísmicas de pequena magnitude.

3.6 CENÁRIO GEOMORFOLÓGICO

Como fora inicialmente abordado acima, o cenário geomorfológico que se ergue em território paraense é produto da tectônica que incidiu em vastas áreas da Amazônia. O relevo atual, que recobre extensas áreas arqueanas e pré-cambrianas foi individualizado no Quaternário, a partir do segundo pulso neotectônico que se manifestou na região.

Furtado & Ponte (2012) corroboram que na Amazônia, de forma geral, predomina a Bacia Sedimentar Amazônica e duas estruturas cristalinas, situadas ao norte e ao sul desta bacia, que possui cinco sub-unidades estruturais, a saber: 1) bacia do Acre; 2) bacia do Solimões; 3) bacia sedimentar do médio Amazonas; 4) bacia sedimentar do baixo Amazonas e; 5) bacia do Marajó.

Os terrenos cristalinos que foram desgastados fortemente estão situados ao norte e ao sul do Estado. Nestes, as unidades de relevo ocorrentes se apresentam mais complexas e diferenciadas altimetricamente, seja pela tectônica que incidiu essas áreas como pela composição litológica.

Quatro unidades geomorfológicas estão incluídas no vasto domínio de Bacias e Coberturas Sedimentares, amplamente distribuídas na região oeste do Estado do Pará: 1) Planície Amazônica; 2) Planalto Rebaixado da Amazônia; 3) Planalto da Bacia Sedimentar do Amazonas e; 4) Planalto do Tapajós.

A Planície Amazônica é composta de uma área alongada que se desenvolve ao longo do eixo do rio Amazonas e é a mais extensa das ocorrências. Incorpora todas as áreas alagadas e inundáveis, diária e sazonalmente que se encontram localizadas em parte do trecho médio e em todo o baixo curso deste rio, incluindo a foz. No trecho inferior do grande rio, especialmente, próximo ao deságue no Atlântico, apresenta-se uma espetacular e imensurável distribuição de ambientes fluviais, de diversas ordens e tipos de canais. Geomorfologicamente a colmatação existente é responsável por esse complexo sistema de drenagem.

O Planalto Rebaixado da Amazônia surge balizando os dois lados da bacia Amazônica. Formações paleozóicas de litologias sedimentares dominam nesta unidade. O Grupo Barreiras é registrado neste local, mas ressalta-se que essa ocorrência apresenta maior expressividade na região nordeste do Estado do Pará, onde as transgressões e regressões marinhas foram mais recorrentes, com ápice a partir do Terciário Superior.

No Planalto da Bacia Sedimentar do Amazonas surgem relevos residuais das bordas norte-sul. Há registro de setores tabulares, com sedimentos depositados durante o Paleozóico que se apresentam, localmente, dissecados por drenagem de baixa densidade, apresentando interflúvios tabulares.

Finalizando a descrição geomorfológica regional tem-se o Planalto do Tapajós, derradeira unidade do domínio Bacias e Coberturas Sedimentares. Litologias variadas remetidas ao Paleozóico, principalmente, são encontradas nesta

unidade, onde também estão evidentes relevo dissecado em colinas e vertentes ravinadas. A dissecação foi responsável pelo desenvolvimento de ampla superfície em tabuleiro, exibindo declividade muito baixa.

4. REVISÃO DE LITETATURA

Machado (2014), ao abordar a questão conceitual sobre o que seria o Território Tradicional Indígena esclarece que ao longo dos tempos esse conceito fora retrabalhado epistemologicamente, com construções e desconstruções do mesmo. Diz a autora que:

No contexto das comunidades indígenas, é importante trabalhar o conceito das territorialidades o qual, da mesma forma que território, surgiu nos estudos voltados às ciências naturais, mas atualmente possuem grande importância para a ciência geográfica (MACHADO 2014, p.22).

Sugere que seria o território dessa forma “algo o que está mais próximo do indivíduo, da sociedade, que possui relação mais direcionada ao espaço concreto, mas não apenas a ele” (Machado 2014). O entendimento aqui pode ser expandido para as demais sociedades, e não somente às indígenas. Neste aspecto de acordo com ela a territorialidade pode ser entendida a partir de uma relação quase que inseparável do espaço físico com o indivíduo, pois na sua visão é estabelecida uma relação de proximidade e pertencimento que pode ser traduzida na própria identidade do indivíduo sobre o território. Em suas palavras:

O território seria a apropriação da terra usada e a territorialidade, a projeção do pertencimento de uma determinada comunidade/sociedade (MACHADO 2014, p. 22).

Incorporando todas as relações que se estabelecem em seu núcleo (culturais, políticas, econômicas e sociais) a paisagem do território, a visão do mesmo através de sua materialização é o resultado da apropriação da natureza, dos seus recursos, conceito este muito bem apresentado e debatido por Caseti (1991) em sua clássica obra, Ambiente e Apropriação do Relevo.

Para Cardozo & Vale Jr. (2012) a denominação Wai Wai no presente remete ao mesmo momento, tanto a uma ideia de etnia quanto ao de uma etnicidade. Trata-se segundo eles de um coletivo cosmopolita, intenso e dinâmico que transcende as simples relações de parentesco ou outras que os une culturalmente, envolvendo

para, além disso, a atmosfera geográfica, econômica, política e social que os circunda, assim como os fatos históricos comuns.

Pelo fato de como se enxergam, como enxergam aos outros e como os outros os enxergam, não podemos utilizar pontos de vista sequer próximos do conceito do paradigma tribal - o de regime fechado; para tentar entender a complexidade deste grupo. Quando pesquisadores precursores afirmam que os Wai Wai hoje formam uma etnia genérica, uma mistura de diversos grupos, pode parecer, a grosso modo, haver uma diminuição da importância do fato deles assim existirem ou resistirem. Pairando sobre os cientistas, uma suposta impressão de que buscam uma forma de encontrar um ponto congelado na história de um povo, que pudesse guardar em essência, imutável e indelével suas características, um ponto de corte, de onde a partir dali, perde-se, ou não, a pureza e o status de autenticidade. Não seria este o caso, talvez por uma cultura acadêmica de “coisificação e compartimentalização” onde procuramos guardar tudo nas devidas “pastas”, possamos dar esta impressão da busca de uma origem “pura” dos grupos sociais analisados. No entanto, apesar das observações empíricas nos mostrarem que há realmente uma noção generalizante do termo Wai Wai para designar uma etnia e uma língua, existe também, uma clara distinção étnica entre os agentes em análise. Os grupos formadores do complexo Cultural Tarumã - Parukwoto habitantes da região pesquisada, embora em suas histórias recentes tenham tido diversas mudanças nos seus costumes, nas suas relações, organização social e de toda a sorte de consequências advindas do pós-contato com a sociedade ocidental e da evangelização - sem julgamento dos méritos; ora fundindo-se, ora se dispersando. Em grande número se afirmam, se reconhecem como Wai Wai. As mudanças, ao invés de descaracterizarem um grupo étnico, configuram num reforço da constatação do dinamismo, da mutabilidade e da impermanência inerentes à cultura. (CARDOSO & VALE JR. 2012, p. 36).

A explanação acima nos remete a compreensão de que o estabelecimento de contatos dos mais diferenciados níveis e culturas, não-índias, não foi/é suficiente para descaracterizar uma identidade indígena, no caso identidade Wai Wai. A construção da mesma, a partir do entendimento da ideia dos autores, é quase que como a representação do DNA para a identidade biológica, ou seja, pois mais que o corpo sofra intervenções o genótipo permanecerá imutável, já o fenótipo pode ser totalmente descaracterizado.

Para Machado (2014) a categoria território carrega em si uma comum associação com as relações de poder, ressaltando que este poder também é emanado das sociedades, ou que elas detêm, a partir de suas diferentes visões sobre os territórios e a forma como manifestam suas territorialidades, lembrando que o poder não está associado apenas ao poder do Estado. Nesse aspecto o denominado território tradicional é também constituído a partir das relações de poder, e não somente por elas, compreendendo também pontos conexos do dia-a-dia, culturais e sociais da comunidade, compondo a outra vertente desse processo de formação, por meio da expressão de suas identidades. De acordo com a autora os territórios tradicionais foram identificados através do decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 como espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Brasil 2007). O referido decreto instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT.

Queiroz (2008) ao se referir à história e organização social dos grupos indígenas, na composição do território afirma que as categorias grupo étnico e tribo foram amplamente usadas pela etnologia sul-americana, até pouco tempo antes, no procedimento descritivo das sociedades indígenas, o que para este autor se traduz em uma sólida integração étnica ou cultural de cada grupo ou tribo.

Ao progredir na análise o pesquisador expõem que a partir desta, que ele denomina, opção conceitual, emerge uma tipologia interpretativa, (nos moldes de Peter Rivière), na região etnográfica das guianas, onde se constata uma forte disposição à autonomia do grupo local, à prática endogâmica, onde os costumes sociais prescrevem as relações matrimoniais entre indivíduos do mesmo grupo ou subgrupo (Ferreira 2001) e à uma lassidão na esfera político-social institucional local. Cabe esclarecer que Queiroz não corrobora em definitivo com Rivière ao dizer que:

Ao darmos mais atenção às relações intertribais, que promovem a fusão e a fissão dos grupos locais, abandonamos a perspectiva substancialista contida na noção de grupo étnico ou de tribo e atentamos

para o complexo de relações rituais, comerciais e matrimoniais que tecem a organização desses grupos (QUEIROZ 2008, p. 203).

Souto (2015) ao transitar por estudos da antropologia que culminaram com os trabalhos mais recentes realizados entre os habitantes indígenas de áreas distintas na porção setentrional amazônica, notadamente com os Wai Wai, e tentando esclarecer a questão da etimologia referente aos tipos de ajuntamentos e coletividades, assinala que:

É possível verificar que o momento que chamo aqui de “Waiwaigênese” tem grande importância na forma de se pensar a socialidade indígena em uma região, em certo período. O atual, contudo, diferente de um momento com um coletivo extenso, há uma dispersão em formações menores chamadas de “comunidades”, pelos rios, como coletivos que se associam em amplas redes, inclusive com centros ‘urbanos’. [...] Embora, por limites deste trabalho, não tenha condições de aventurar por itinerários do campo etnográfico e compor como as formas de dispersão e distância na formulação dos coletivos aqui enfocados, como as que se apresentam em noções como de “comunidade”, ganham corpo. Mas, ao estabelecer que a variação que um termo pode abranger em aspectos simétricos, colocando qualquer formação populacional em condição de ser comparadas com outras, parece que o peso teórico diminui e se abre uma relação mais condizente com princípios dos viventes ao longo dos rios e suas relações na composição com outros (SOUTO 2015, p. 2-3).

Referindo ao colonialismo, implementado severamente de forma ampla na faixa intertropical, e que evidentemente deixou marcas profundas nos povos submetidos, e buscando fazer um paralelo com a modernidade, Cândia (2015)

afirma que a segunda não pode ser entendida sem a colonialidade, ou seja, para este ambas se completam e se materializam em lados da mesma moeda.

É por isso que se diz que o pós-colonialismo na investigação literária além de contribuir para resgatar o sujeito pós-colonial, devolve-lhe a voz, para que este passe a narrar e anunciar suas reais experiências com o Outro (CÂNCIO 2015, p. 6). As expressões, narrativas e percepções do colonizador nunca se voltam na perspectiva deste enquanto agressor, usurpador, tampouco de indolente e jamais de selvagem – naquilo que se denomina bárbaro, incivilizado e não de silvícola ou morador da selva. Neste aspecto Cândia (2015) faz importante e assertiva consideração naquilo que ele denomina a produção do Eu e do Outro a partir do olhar do colonizador.

Relata este autor sobre a estadia, durante duas vezes no Brasil, de um mercenário alemão no século XVI, alcunhado Hans Staden, que além de assassino era também cronista e que aqui estivera combatendo contra franceses e indígenas, que eram destes “aliados”, nas capitanias hereditárias de Pernambuco e de São Vicente, e que teria ficado refém dos Tupinambás por um período de nove meses. Após sua libertação o mesmo retornou ao seu país de origem onde lançou uma obra recheada de estereótipos e preconceitos, que fica evidente logo pelo nada modesto e curto título, na tradução para a língua portuguesa: *“Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais, situado no Novo Mundo América, desconhecido na terra de Hessen antes e depois do nascimento de Cristo, até que, há dois anos, Hans Staden, de Homberg, em Hassen, por sua própria experiência, o conheceu e agora a dá à luz pela segunda vez, diligentemente aumentada e melhorada”*.

O próprio título da obra é uma marca evidente de como as culturas dominantes referendavam os nativos na literatura, com base nas relações de poder, no sentido de manter a ideia de que se tratava de minorias. E isso era fundamentado nas diferenças culturais que se estabeleciam. No título da obra é recorrente o uso de adjetivos, como “selvagens”, “nus”, “ferozes”, “canibais”, como forma de marcar e naturalizar essas diferenças na relação com o universo indígena. Assim, o centro colonizador construía uma imagem, a partir da formação de uma identidade do colonizado como um ser inferior e dependente, e reforçavam a ideia de que os indígenas eram inferiores. [...] A antropofagia praticada pelos índios Tupinambás, configurava-se entre aquela etnia, e isso foi observado por Staden, como forma de

reação e de intimidação às investidas do colonizador, e também, do ponto de vista mitológico, como forma de “sugar” toda a força por eles empreendidas nos duelos travados com os indígenas (CÂNCIO 2015, p. 7-8).

Araújo (2009) *apud* Cândia (2015) deixa claro que refletir a propósito da heterogeneidade da Amazônia e as produções construídas de seus povos, implica reconhecer que só existe essa possibilidade a partir da histórica relação de espoliação da imensurável diversidade dos recursos naturais e, também, neste caso, dos distintos atores regionais que habitam estes rincões, as designadas “sociedades invisíveis”. Finaliza chamando a atenção para o fato de que seja em relação aos recursos bióticos ou abióticos, seja em relação a sociodiversidade da região, ocorre um ininterrupto “processo de expropriação em que suas diferenças acabam por se transformar em profundas desigualdades”.

Esta tem sido a tônica dispensada ao longo dos tempos nas relações com os povos tradicionais, particularmente aqui, com os indígenas. Uma relação extremamente contraditória e desigual.

A posse em definitivo da terra, através da demarcação de suas áreas, as T. l's, de certo que não estabelecerá um fim à cultura de invasões e apropriações de seus territórios e dos recursos existentes no mesmo, mas certamente trouxera mais autonomia e prerrogativas para lhes dar com o invasor.

Dados da Fundação Nacional do Índio adquiridos a partir do último recenseamento realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que viviam, até esta data, em torno de um pouco mais de 800.000 (oitocentos mil) indígenas no território Nacional, representando uma ínfima taxa de 0,4%. Os mesmos dados apontaram que, ainda que estando as populações tradicionais rodeadas pelas mais diversas formas de ameaças (veladas, muitas das quais cumpridas, com assassinatos de indígenas, dentro e fora de suas aldeias), essa população vem aumentando a um crescimento de 3,5% ao ano, apresentando inclusive taxa da natalidade maior do que a média brasileira.

De acordo com a FUNAI há uma tendência de incremento dos números acima apresentados. Isso se confirmaria porquê por mais que sejam latentes as condições muitas das vezes degradantes de algumas etnias e aldeias, com flagrante de desrespeito à vida dos nativos, com denúncias televisivas de condições de vida insalubres e proliferação de moléstias, há de certa maneira, mesmo que modestos, esforços no sentido de garantir uma maior assistência à essas populações e tímidos

progressos no oferecimento de serviços de saúde, além da queda na taxa de mortalidade.

Durante as últimas duas décadas tem sido significativo o avanço nas políticas de demarcações de terras indígenas na Amazônia. Athias (2005) *apud* Barbosa (2011) relata que os processos de identificação, demarcação e homologação tiveram considerável apoio em virtude do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), a partir recursos oriundos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). O PPTAL fez parte do PPG-7 durante 13 anos e foi encerrado em dezembro de 2008.

De acordo com ele as T. I's foram inseridas no contexto de florestas tropicais, argumento que possui uma aceitação internacional ímpar e que tornou possível, através da pressão exercida por organizações situadas na Europa, principalmente, a demarcação de vários territórios indígenas, contando com a participação dos membros dessas sociedades de forma concreta, principalmente das lideranças. Avançando na análise, afirma que os processos decisórios têm contado cada vez mais com a participação dos diretamente interessados, através do aumento da autonomia que os mesmos têm alcançado decorrente de suas manifestações, muito bem ecoadas nos corredores da burocracia nacional. Reconhece o autor que essa busca de autonomia concebe, de fato, um ajuste entre a sociedade (na figura do Estado) e os grupos étnicos que historicamente foram aliados de processos decisórios e relegados ao esquecimento e que agora ganham voz, ainda que de forma tímida, e reclamam o reconhecimento de seus direitos.

5. BREVE HISTÓRICO DA TERRA INDÍGENA TROMBETAS-MAPUERA E DA ALDEIA MAPUERA

Segundo Cardozo & Vale Jr. (2012) os grupos indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera habitam um complexo grupo pluri-étnico e multi-cultural numa situação de agrupamento e unificação por força de acontecimentos históricos. Este povo que em conjunto formam o Complexo Tarumã-Parukoto, povos falantes de línguas da família Karib, salvo pelo caso dos Mawayana, é composto pela agregação e acolhimento de vários grupos distintos que antes viviam, mesmo que imersos em relações sociais entre si, em separado.

Os povos indígenas que vivem ao longo dos rios Trombetas, Mapuera, Cachorro e Nhamundá, em Oriximiná, são conhecidos pelas denominações

genéricas Wai Wai e Katxuyana. No entanto, tais denominações abrangem uma diversidade maior de povos - em sua maioria falantes de línguas Karibe - que se auto reconhecem como Hixkariyana, Kahyana, Tunayana, Txikiyana, Karafawyana, Mawayana, Pirixiyana, Txarumayana, Xerewyana, Xowyana, Katwuená, Farukoto. Atualmente, tais povos contam com uma população em torno de cinco mil pessoas distribuídas em 37 aldeias, situadas em três terras indígenas. Em decorrência do deslocamento constante migratório dos indígenas, seja no seio das aldeias (inter-aldeias) ou inter-territórios, os números reais de habitantes são imprecisos. Membros de aldeias situadas em terras brasileiras inclusive se deslocam muitas vezes de forma definitiva para aldeias localizadas na Guiana.

Com base em dados oficiais Cardozo & Vale Jr. (2012) identificam como oficialmente habitantes destas terras indígenas os seguintes grupos étnicos: Wai Wai, Katuenayana, Hixkariyana e Isolados Karapawyana (Trombetas-Mapuera); e Wai Wai, Katuenayana, Kaxuyana e Hixkariyana (Nhamundá-Mapuera), todos falantes de línguas da família Karib. Em termos percentuais há um predomínio do grupo étnico Wai Wai, tanto na Terra Indígena Trombetas-Mapuera quanto na Nhamundá-Mapuera. O povo Zo'é, considerado de contato mais recente (década de 1980), que fala uma língua tupi, vive próximo do rio Erepecuru. Dados da Fundação Nacional do Índio reconhecem a existência (indícios) de povos indígenas em isolamento voluntário em na área do município de Oriximiná, com quatro referências a esses povos na bacia do rio Trombetas: Karapawyana, Rio Pitinga, Alto Cachorro e Alto Kaspakuru, uma situada no interior da Terra Indígena Trombetas-Mapuera e as demais situadas no interior da Terra Indígena Katxuyana-Tunayana.

Na região de Oriximiná são encontradas quatro Terras Indígenas: Trombetas-Mapuera, que vai além dos limites do Estado do Pará, se prolongando pelos estados do Amazonas e Roraima; Nhamundá-Mapuera, que também abarca áreas situadas no Estado do Amazonas; Zo'é, e Katxuyana-Tunayana. Todas essas Terras Indígenas já foram demarcadas e homologadas, exceto a Katxuyana-Tunayana, que se encontra em processo de homologação.

Fator importante na configuração social desses povos é que a maioria fala as mesmas línguas, Karib e Aruaque nas terras indígenas Katxuyana-Tunayana, Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera. Outro fator de extrema relevância diz respeito à própria geografia dessas terras que permite a circulação e o intercâmbio

entre os povos, já que as mesmas apresentam fronteiras entre si. Essa continuidade territorial facilita a mobilidade e estimula os laços de convivência entre os povos.

Para Cardozo & Vale Jr. (2012), assim como ocorrera quando da chegada dos primeiros colonizadores europeus ao território hoje denominado Brasil, ainda são recorrentes os equívocos históricos praticados em desfavor dos povos originários. Para esses autores “uma generalização dos povos nativos foi difundida, assimilada e é praticada até a atualidade. Diversos povos foram classificados como índios como se fossem um só”. Assinalam que o método de aproximação com estes ‘novos’ povos comumente se utilizava da informação e do conhecimento de outros povos nativos já contatados, mas que não levava em consideração a veracidade das informações, correndo o risco de incorrer em erros sobre os povos ainda considerados autóctones, ou seja, as bases levantadas de maneira não muito seguras poderiam não corresponder com a realidade do grupo em questão a ser contatado, o que inevitavelmente levaria a equívocos durante o processo de aproximação.

Há ao longo da história toda uma componente, que se pode considerar perversa, que sempre esteve intrinsecamente justaposta às investidas do homem branco junto aos povos tradicionais. Submissão, tortura, mutilação e mortandade fazem parte deste enredo que muitas das vezes fora desenvolvido com o intuito de catequização, ou seja, usando-se como pretexto uma aproximação dos povos, considerados pagãos, com Deus. Tudo em nome da fé.

Indo ao encontro deste raciocínio Cardozo & Vale Jr. (2012) enfatizam que o pensamento gerador da ideia de *união* dos povos do complexo Tarumã/Parukoto, ligados em torno da língua Karib, foi o de procurar “inserir-los na palavra, ou seja, ao Evangelho Cristão”, destacando que esse episódio histórico remonta aos tempos do lendário líder e xamã Ewka Wai Wai, que habitava área indígena ao norte do território brasileiro, na Guiana Inglesa e foi parte importante nos planos de evangelização dos povos da região.

Tentando e não conseguindo se estabelecer no Brasil, propriamente na porção amazônica, já que o Governo Central colocara grandes dificuldades para tal intento - usando como argumento principal à restrição, prevenir a morte dos missionários pelos indígenas, ocorrência já anteriormente registrada no país, (percebemos que desde antes o governo sempre se preocupou em proteger o invasor, nunca o nativo) - a *Unevangelized Field Mission* (UFM), lançou mão de

uma espécie de “plano B” cooptando e capacitando indivíduos das proximidades de sua base, no sul da Guiana Inglesa, próxima à fronteira com o Brasil. O modus operandi consistia em agradar as lideranças, logicamente, presenteando-as com bens, equipamentos e alimentos. A dita capacitação se manifestava na introdução dos nativos ao evangelho Cristão e em seguida este novo iniciado tinha a missão de dar continuidade à prática que sucedia respectivamente em contatar, atrair e iniciar/evangelizar/catequizar as demais aldeias.

Quanto ao início do contato do povo Wai Wai com o homem branco há documentos que datam dos séculos XVIII e XIX que fazem referência a isso. Porém foi no século XX que os contatos se estabeleceram e com intensidade, o que acarretou grandes mudanças em torno dos seus modos de vida. Esses indígenas ocupavam as porções norte e leste da Serra Acarai, e rivalizavam com outra etnia, a dos Parukoto. A frequência de conflitos entre as etnias, sangrentos, resultou em considerável redução demográfica. Sobre tais conflitos, Howard (2001) *apud* Oliveira (2010) tece o seguinte comentário:

A primeira década é marcada por conflitos intertribais, que realçaram a separação dos dois subgrupos e que, ao mesmo tempo, provocaram forte diminuição da população. Os conflitos ocorreram entre os Wai Wai e os Parukoto. Já em dezembro de 1913, quando Farabee visitou os Wai Wai, as guerras haviam cessado e os antigos inimigos Parukoto eram integrados a eles, sendo, porém, os Parukoto em maior número (HOWARD 2001: 234-235).

Por volta de 1913 quando os conflitos já haviam encerrados e os Wai Wai com os Parukoto estavam unidos os contatos com os não-índios se intensificou. A forma mais comum de conquistar/cooptar as nações era por meio da oferta de objetos e utensílios como miçangas, machados, terçados, anzóis, facas, tesouras, pentes e espelhos. O interesse do indígena despertado pelos objetos de posse do homem branco facilitou a penetração do segundo e em certos casos sua fixação entre os Wai Wai, abrindo caminho para outras pessoas da região como seringueiros e castanheiros e também para o estrangeiro.

Inicialmente essa relação com o não índio é entendida como salutar pelo povo Wai Wai. A forma de lidar e enxergar os objetos, que funcionaram como produtos de aproximação e conquista, agora é diferenciada, apresentando, tais objetos como um encanto. Howard (2002) *apud* Oliveira (2010) diz que “para os Wai Wai a relação de troca está fundamentada no sentimento de amor, afeição, assim como a existência humana em sua plenitude pacífica”.

Sobre esse quase fetiche pela posse de objetos que não fazem parte do seu entorno Oliveira (2010), em sua Dissertação de Mestrado, esclarece que:

[...] esse desejo intenso despertado nos Wai Wai pelos objetos ocidentais e a energia investida na sua aquisição indireta ou direta não são tomados aqui como “efeitos desastrosos” do avanço das frentes de colonização – ao contrário das epidemias e da escravização. Acompanho as críticas de Farage e de Howard a uma abordagem econômica formalista que vê a demanda indígena por manufaturados como consequência da incapacidade de sua fabricação – incapacidade justificada pela escassez tecnológica e de matéria-prima. Ao pressupor que os índios valorizavam os objetos europeus pelo seu valor mercadológico, tornando-se vítimas passivas de uma relação econômica espoliativa e degenerativa do seu sistema de relações sociais “original” ou “puro”, tal abordagem apenas corrobora a perspectiva dominante (OLIVEIRA 2010, pp 18-19).

Para este autor os indígenas veem na circulação dos manufaturados, através das trocas, pelo que o mesmo denomina de rede nativa, um mecanismo de controle da situação de contato. Através dessa relação seriam os brancos os conquistados e isto se manifestaria como “fonte de poder e saberes canalizados para o benefício da sociedade Wai Wai”. Avança na análise ao descrever que os manufaturados passam a ser objetos aperfeiçoados a partir da socialização dos mesmos, “conferindo-lhes qualidades vitais”.

No discurso e na prática dos Wai Wai, os manufaturados aparecem relacionados à beleza e ao imperecível. As miçangas, itens mais cobiçados pelos índios, remetem também à juventude e à fertilidade, reprodução e renovação da sociedade Wai Wai (OLIVEIRA 2010, p. 32).

O exposto acima, apesar de bem fundamentado, não isenta e tampouco altera a linha da história que remete ao colonizador as mazelas e adversidades que foram dispensadas aos povos nativos. A chegada do homem branco altera determinantemente o modo de vida dessas populações.

Retomando a temática sobre as tentativas de contato e evangelização do povo Wai Wai, do lado brasileiro, a *Unevangelized Fields Mission* não desistiu e no ano de 1949 os irmãos Hawkins, excursionaram subindo o Essequibo, na Guiana, alcançando uma aldeia Wai Wai denominada Erepoimo; para conseguir tal intento contaram com a colaboração dos indígenas wapixana, que atuaram como guias. Dois dos três irmãos Robert Hawkins e Rader Hawkins se deslocam para terras brasileiras, em direção ao Mapuera, sempre tendo os Wai Wai como guias, até porquê eles conheciam o caminho e deslocar-se na selva nunca foi atividade das mais fáceis, principalmente para gringo.

Nessa nova investida dos irmãos evangélicos missionários norte-americanos o resultado foi trágico, tendo o grupo espalhado uma moléstia infecciosa entre os índios. Essa incursão que começou pelo território da Guiana e alcançou terras brasileiras durou três meses e ao retornarem para os Estados Unidos uma grave enfermidade se alastrou na parte oeste da serra do Acarai, onde tinha ficado o terceiro dos irmãos missionários, Neill Hawkins, ocasionando várias mortes. Relatos referem que essa doença que se proliferou na região do Erepoimo fora trazida das savanas pelos indígenas que agiram como guias dos irmãos evangelizadores – Ferreira (2010) lembra que por volta de 1920, há mais de um século, portanto, do surgimento dessa nova moléstia, os Wapixana que viviam nas savanas da Guiana foram atingidos de forma calamitosa por uma epidemia de gripe o que levou os Wai Wai a evitar encontrar-se com os mesmos “pelo medo da morte por doenças que estes periodicamente transmitiam, especialmente gripes e disenterias”. Em 1950, retornando à aldeia Wai Wai, do lado da Guiana, dois dos irmãos Hawkins trouxeram na bagagem eficazes remédios contra a epidemia que devastava os nativos, além de terem criado toda uma estrutura composta de galpões, dormitórios, cozinha, além de uma pista de pouso tudo com mão-de-obra Wai Wai, facilitando e incentivando o

acesso futuro de demais colonizadores, evangelizadores, pesquisadores, agentes governamentais, madeireiros, garimpeiros, entre outros.

Cabe esclarecer que os irmãos Hawkins não são precursores no contato com essa etnia, mas têm pioneirismo na catequização da mesma. Posteriormente são vários os registros de visitas às terras Wai Wai, ficando a relação com os nativos cada vez mais comum e fragilizada para estes. De fato como aponta Oliveira (2010) a frequência de contato com o homem branco por parte dos Wai Wai se intensifica a partir dos idos de 1950; entretanto mesmo com o considerável isolamento, a nação já tivera contato indireto com as frentes de colonização, muitos desses catastróficos, há pelo menos dois séculos, isso do lado da serra do Acaraí em território da Guiana. Relatos apontam, por exemplo, violentas invasões com intuito de aprisionamento indígena, durante a segunda metade do século XVIII. Segundo o autor supracitado, “documentos da administração colonial holandesa mencionam maus tratos, abuso sexual de mulheres e incitamento de guerras intertribais”. Registra-se também o aprisionamento de escravos indígenas antepassados dos Wai Wai por portugueses no final do século XVII.

Pelo lado brasileiro, como relatado, o contato se deu realmente mais tardiamente e entre os motivos que levaram a esse retardamento estão aspectos geomorfológicos, manifestados na significativa quantidade de corredeiras nos rios encachoeirados, como o Mapuera e o Trombetas e a própria expressão biogeográfica da floresta (densa, fechada e úmida), que tornavam as incursões às aldeias extremamente arriscadas e difíceis.

6. O PROCESSO DE RECONHECIMENTO, DEMARCAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TROMBETAS-MAPUERA

Do ponto de vista físico o início da demarcação da Terra Indígena Trombetas-Mapuera executado pela Fundação Nacional do índio FUNAI, começou no mês de fevereiro do ano de 2007. Essa T. I. trata-se da última grande Reserva Indígena da Amazônia que está localizada em faixa de fronteira do Brasil, compreendendo porções dos estados do Amazonas (municípios de Nhamundá e Urucará), Pará (municípios de Faro e Oriximiná) e Roraima (municípios de Caroebe e São João da Baliza). Entretanto a luta pelo reconhecimento e posterior fixação dessa reserva retrocede ao ano 2000, quando de forma mais efetiva e organizada, se teve início à demanda indígena pela demarcação de suas terras de ocupação tradicional,

envolvendo muitas batalhas judiciais, políticas e conflitos sangrentos, abrangendo uma gama de atores, porém vitimando principalmente os mais interessados e verdadeiros donos da terra, os indígenas.

Para Mendes (2002) existe uma nítida diferença entre “o processo inteiro de regularização fundiária das Terras indígenas com a demarcação propriamente dita da terra”, esta última constando tão-somente de umas das fases do procedimento. A tabela abaixo, baseada neste autor, buscar delinear de forma resumida o entendimento da questão:

Tab. 01 – Etapas da Regularização Fundiária de Terra Indígena

ETAPA	ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE
Identificação e delimitação	Estudos multidisciplinares, publicação dos resultados e elaboração de mapa e memorial descritivo.	FUNAI
Declaração	Análise dos estudos e das manifestações de terceiros e expedição de Portaria Declaratória.	Ministério da Justiça.
Demarcação	Materialização dos limites no chão e correção do mapa e do memorial descritivo.	FUNAI (via contratação de empresa).
Homologação	Expedição de Decreto de Homologação da Demarcação.	Presidência de República.
Registro	Registro do imóvel, em nome da União, nos cartórios e no SPU.	FUNAI (cartórios de registro de imóveis e SPU).

Fonte: Mendes (2002).

Abaixo traçaremos um cronograma das tomadas de decisões que foram dispensadas ao longo do tempo e que posteriormente tornaram possível a emancipação territorial da Terra Indígena Trombetas-Mapuera.

No dia 06 de novembro de 1987 ocorre a interdição da T. I. Trombetas-Mapuera. Essa medida, através da portaria 3633/87, objetivou a realização de estudos de identificação e delimitação física da área.

Passados treze anos da publicação da primeira portaria somente em 18 de setembro de 2000, a Fundação Nacional do Índio cria o Grupo de Trabalho pioneiro que é responsável pela identificação e delimitação da T. I. Trombetas-Mapuera, através da portaria 981, publicada no Diário Oficial da União. O tempo de atuação deste Grupo pode aqui ser considerado breve, o que se deu no período de 16 de novembro de 2000 a 13 de janeiro de 2001, não chegando a completar dois meses de atividades.

A dinâmica ambiental imperante na Amazônia, a equidistância entre as localidades, o acesso difícil e a rigidez climática, com um período intensamente chuvoso e outro de estio, que chega a ser severo, notadamente na porção ocidental desta úmida região, impôs toda uma componente adversa para o pleno desenvolvimento das atividades deste primeiro Grupo de Trabalho.

A diminuição vertiginosa no nível das águas dos rios, principalmente dos afluentes menores, talvez tenha sido a maior dificuldade enfrentada, porquê diz respeito a impossibilidade praticamente total de se locomover entre as terras indígenas. Além do mais, a geomorfologia da região é, por assim dizer, traiçoeira para com o visitante desavisado. A excessiva ocorrência de trechos encachoeirados das drenagens pode colocar em perigo quem não tem afinidade com o *locus* e o rebaixamento do nível das águas torna os perigos (e as dificuldades) ainda mais latentes.

Por outro lado, a pensar que o reduzido tempo poderia ser também traduzido em trabalho menor não se constitui um fato. A bem da verdade, os resultados apresentados foram muito ricos de informações e conteúdo.

Dentre as atividades realizadas constam, por exemplo, levantamentos e consultas nos arquivos de algumas das sedes administrativas da FUNAI na região; reuniões com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) visando a apresentação do plano de ações assim como se informar das políticas, até então estabelecidas no âmbito desse órgão, que incidisse sobre as terras indígenas;

formalização de grupos de trabalho no âmbito das aldeias; diálogos, em forma de entrevista, com os nativos habitantes das aldeias, principalmente os anciões; ambientalização com o cotidiano dos indígenas, com o intuito de conhecer as próprias aldeias e as atividades produtivas desempenhadas pelos mesmos, tais quais: coleta de frutos, preparo do roçado para a prática agrícola, atividades de caça e pesca; verificação dos limites das terras; sobrevoo de reconhecimento das áreas não-indígenas e indígenas; reunião objetivando delinear estratégias com as lideranças para a inserção dessas lideranças no processo de identificação de Trombetas-Mapuera, bem como da possibilidade de ampliação de Nhamundá-Mapuera e também debater a intenção do governo paraense, por meio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), de integração de posse, em favor desse Estado, de uma área assentada entre as duas terras indígenas, onde haviam evidências de índios isolados, sob jurisdição do Governo Federal.

Expostas acima as etapas e realizações obtidas pelo pioneiro Grupo de Trabalho e as adversidades e limitações ocorridas, desfez-se este e criou-se outro, que concentrou seus trabalhos mais na parte que não havia sido alcançada pelo primeiro grupo na T. I. Trombetas-Mapuera, as porções nordeste e leste da referida área. O segundo Grupo de Trabalho constituído atuou no período de 21 de março a 03 de junho de 2002, continuando o trabalho de identificação e delimitação da área indígena. Fora criado pela FUNAI, com publicação no Diário Oficial da União da Portaria 205, datada de 14 de março de 2002.

Várias foram as atividades que o segundo Grupo de Trabalho desenvolveu também, complementando e por assim dizer, concluindo, as atividades iniciadas com o primeiro G. T. Dentre as frentes de atuação pode-se destacar: reunião na sede da FUNAI, em Boa Vista, onde se procurou estabelecer metas e linhas de atuação, envolvendo o corpo técnico deste órgão e do INCRA; reconhecimento do projeto de assentamento Jatapu, localizado em Roraima, de responsabilidade do INCRA, que tinha em seu objeto de aplicação, verificar na área da Terra Indígena interditada a presença de colonos e assim averiguar a possibilidade de eliminação desta área ocupada da delimitação da Terra Indígena, de acordo como o que fora requerido pelas lideranças indígenas, ainda quando da realização dos primeiros levantamentos executados em Trombetas-Mapuera pelo primeiro G. T.; início de levantamentos de dados em cartórios realizados por técnicos da FUNAI e do INCRA de Belém e Boa Vista nos municípios compreendidos na T. I Trombetas-Mapuera,

objetivando resgatar documentos históricos que pudessem ajudar nos estudos de delimitação da área.

Nas aldeias de Cobra, Jatapuzinho, Kassauá, Mapuera e Samaúma o coordenador do G. T conduziu estudos de caráter etno-históricos visando o aprofundamento sobre a identificação cultural dessas aldeias; realização de reuniões em Kassauá e Mapuera com as lideranças locais; realização de vôo de reconhecimento sobre a porção oriental da T. I. onde procuraram observar e traçar a delimitação da presença de índios isolados; pesquisa em cartório realizada desta vez por técnicos do Instituto de Terras do Pará para levantar a situação fundiária nos limites sudoeste e sudeste da T. I.

Nas nascentes do rio Mapuera, na porção nordeste da área, foi realizado trabalho de pesquisa coordenador pelo líder do G. T. onde se reconheceu e cartografou espaços de ocupação e produção tradicionais indígenas; essa etapa de campo finaliza com averiguação *in situ*, conduzida pelos indígenas e pelo coordenador do G. T. à altura das nascentes dos rios Jatupuzinho e Baracuxi, da realidade das aldeias que haviam sido abandonadas, dos Karapawyana assim como dos demais índios isolados.

O reconhecimento pelo presidente da FUNAI dos estudos e delimitação realizados pelos grupos de trabalho na T. I. Trombetas-Mapuera se deu na data de 28 de outubro de 2004, com despacho e resumo do relatório, assim como memorial descritivo, publicados no DOU na data supra citada.

A Portaria Declaratória da existência e reconhecimento da T. I. Trombetas-Mapuera é publicada somente um ano após o reconhecimento da área, pelo Ministério da Justiça, no dia 19 de setembro de 2005, no DOU. Este acontecimento foi de extrema importância para o povo Wai Wai e demais nações, que comemoraram o feito com a presença do presidente da FUNAI, à época, Márcio Meira (Fig. 03).



Fig. 03– Indígenas Wai Wai, à esquerda e Hiskaryana comemoram a demarcação e Publicação Declaratória da Terra Indígena Trombetas-Mapuera, com presença do presidente da FUNAI, à época, Marcio Meira, em 2005. Fonte: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/fotos_noticia//13570_20100622_152713.jpg (acessado em 11/02/2019).

Após o reconhecimento da área objeto de estudo deste trabalho, as atividades do Grupo de Trabalho continuaram, com o intuito de proceder também a demarcação de T. I. Katxuyana-Tunayana. Assim na aldeia de Jatapuzinho, pertencente à Trombetas-Mapuera, mas localizada no fronteiro Estado de Roraima, é realizada uma assembléia tribal entre os dias 11 e 14 de maio de 2016 que visou a elaboração do Projeto de Acompanhamento da Demarcação e Vigilância da T. I. por parte dos Wai Wai e demais tribos integrantes da nação.

Dando continuidade aos trâmites relativos à abertura do processo de demarcação física de Trombetas-Mapuera, em 02 de fevereiro de 2007 é realizada outra assembléia, desta vez na aldeia de Mapuera em território paraense. Em 03 de fevereiro de 2007 também em consonância aos trâmites relativos à abertura do processo de demarcação física de Trombetas-Mapuera mais uma assembléia é realizada, sendo agora na aldeia de Kassauá, no Amazonas.

As assembléias se tornaram instrumento constante entre os nativos da Terra Indígena Trombetas-Mapuera. Dessa forma outras duas foram realizadas ao longo de 2007, sempre com o escopo concernente à abertura do processo de demarcação física da T. I., como a realizada em 09 de fevereiro de 2007 no Núcleo de Apoio Waimiri-Atroari (NAWA) e a de 12 de fevereiro de 2007 na aldeia de Jatapuzinho, em Roraima. O passo seguinte na luta e acompanhamento do processo demarcatório constou da realização de novas assembléias, desta vez voltadas à entrega dos trabalhos de demarcação física da T. I. Trombetas-Mapuera. Assim a primeira ocorreu na aldeia de Kassauá, no Estado do Amazonas, no período de 06 a 07 de dezembro de 2007, seguida das plenárias que foram realizadas na aldeia Mapuera no Pará, praticamente ao mesmo tempo, entre 07 e 08 de dezembro, e finalizando com o encontro de Jatapuzinho em Roraima, de 18 a 20 de dezembro, todas em 2007, visando os mesmos objetivos.

Finalmente, em 2013 concluíram-se os trabalhos do Grupo Técnico que identificou oficialmente as etnias e cartografou a área, a título de demarcação, que

necessitou de pressão, através de manifestações para que fosse publicado o Relatório de Identificação da T. I. Katxuyana-Tunayana, o que acabou ocorrendo apenas em outubro de 2015.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todo o processo que se inicia com o reconhecimento da área, delimitação cartográfica e que culmina com a demarcação da Terra Indígena Trombetas-Mapuera não ocorreu de modo harmonioso. Muitas contendas ocorreram, inclusive entre os próprios interessados indígenas, haja vista que essa T.I. comporta uma grande diversidade étnica.

Apesar de muitas tribos e denominações fazerem parte de uma nação, há uma variedade considerável de nativos pertencentes a povos que não se relacionam, além dos isolados, mas que estão dentro da reserva.

Em Trombetas-Mapuera a diversidade indígena é acentuada. Nesse aspecto cabe citar Queiroz (2008) ao reconhecer que essa superioridade não é somente numérica de grupos dentro dessa área, em se comparando, por exemplo, com o povo Waiãpi, mas em relação à língua, equidistâncias que os separam, formas organizacionais produtivas entre outras.

As reuniões que foram uma constante ao longo do processo serviram também para intuir que não havia, pelo menor advertidamente, um senso coletivo entre os povos. Isso despontara a partir dos líderes indígenas que refletiam somente em torno de seus espaços tribais, ou seja, na área de influência, delimitação de suas aldeias, sem levar em conta as demais etnias situadas nesta terra.

Em se tratando das lideranças, é importante destacar que mesmo os grupos de trabalhos tendo inserindo-as nas discussões durante as reuniões e assembléias, na perspectiva de participação ativa nas tomadas de decisões e cientificação do desenvolvimento das atividades dos G. T's., assim como dos procedimentos metodológicos, com treinamentos e atividades de capacitação, não se pode afirmar que todas as tomadas de decisões foram acertadas, beneficiaram os indígenas, ou mesmo se essas lideranças tinham o total discernimento das mesmas, visto que as formas de decisões colegiadas “democráticas” não são inerentes à natureza dos povos tribais.

A demarcação teve momentos que levaram a discussões de interesse geopolíticos, já que a área total de abrangência do Complexo Cultural Tarumã-

Parukoto (que abarca a Terra Indígena Trombetas-Mapuera e reúne sobre essa nomenclatura várias nações, entre elas a Wai Wai) é fronteira entre o Brasil e a Guiana. Isso teve um complicador. A ideia dos órgãos responsáveis, notadamente a FUNAI, era agrupar em uma única e imensa porção todo esse complexo, mas se assim fosse definido e executado ultrapassaria os limites setentrionais do território brasileiro e avançaria sobre os limites meridionais guianenses, questão não cogitada pelo governo brasileiro.

Entre esses limites, para complicar ainda mais a situação, mas em terras do Brasil, ocorreu a chegada de uma leva de ocupantes. Isto se deu por dois motivos: primeiro porquê o INCRA implantou um projeto de assentamento no local; em segundo lugar deu-se início a construção da UHT de Jatapu. Esses fatos levaram as lideranças tribais a aceitar a separação da área e perder parte das terras reivindicadas na porção noroeste, mas exigiram ao mesmo tempo, que essas concessões fossem compensadas com a inclusão de terra situada na extremidade sul do que seria posteriormente a reserva indígena. Essa manobra objetivou evitar um enfrentamento, que poderia se tornar sangrento, com os colonos.

Ainda nesse contexto lideranças da etnia Waimiri-Atroari também reivindicavam a ampliação de suas terras, anteriormente demarcadas. Nesse sentido lhes foi sugerido que partilhassem parte da T. I. Trombetas-Mapuera com as nações que lá estavam. Em assembléia realizada na aldeia Jatapuzinho as lideranças indígenas de várias aldeias juntamente com representantes da FUNAI e do Conselho Indígena de Roraima retomaram a discussão de redefinição e uso/controle de porções de Trombetas-Mapuera pela etnia Waimiri-Atroari.

Nessa mesma assembléia, indígenas Wai Wai apresentaram demanda pela inclusão de uma faixa de terreno que abrangia as nascentes dos rios Cachorrinho e Mapuera, trecho inferior do Mapuera, assim como porção situada na bacia do rio Cachorro, apresentando como argumentos para seu intento que dessa forma conseguiriam incluir na T. I. áreas de habitação permanentes de duas tribos Wai Wai que até então se encontravam fora da área demarcada; protegeriam as nascentes das drenagens citadas acima; assim como incluiriam em suas terras uma área onde há tempos índios isolados são vistos transitando, sem que suas origens sejam de conhecidas.

Todos esses embates foram feitos após a demarcação da Terra Indígena Trombetas-Mapuera pelo segundo Grupo de Trabalho que atuou, continuando as

atividades do primeiro, daí estar sendo colocadas aqui neste trabalho enquanto resultados. Entretanto essas reivindicações e contendas demandaram mais atuação do G. T., isso por que se exigiu mais atividades de campo para reconhecimento das áreas agora em questão (partilha para uns e inclusão de outras). Neste intervalo, novas reivindicações surgiram como a inclusão de uma porção de terreno ao sul da T. I. Nhamundá-Mapuera e também a incorporação de outra faixa de terra, situada entre os trechos médio e inferior do rio Jatapu.

O Grupo de Trabalho apesar de ter realizado levantamentos das áreas almeçadas e ainda ter considerado que tais reivindicações tinham sustentação, portanto eram legítimas, assim mesmo decidiu por não incluir naquele momento, os dois últimos terrenos contestados no âmbito da T. I. Isso porquê as dificuldades e tempo de tramitação desse tipo de requisição em cartórios e órgãos públicos, para se verificar e fazer a regularização fundiária, são demasiadamente prolongados, e os trabalhos estavam já concluídos, do ponto de vista do reconhecimento, delimitação e demarcação que fora a proposta inicial e que levava à interdição da área, para tal propósito em 1987.

Estando todas as etapas concluídas, O Grupo de Trabalho apresentou a seguinte proposição de como ficaria a Terra Indígena Trombetas-Mapuera:

- porção Norte e Noroeste: Nascentes do rio Jatapu e formadores do mesmo até a foz do rio Carará (aldeias Katuau, Cobra, Samaúma e Jatapuzinho);
- porção Sudoeste: região dos formadores do rio Carará (aldeia Waimiri-Atroari e índios isolados);
- porção Sul: Baixo Jatapu até o igarapé Sorte (aldeias Aldeias do rio Nhamundá e Jatapu);
- porção Leste e Nordeste: Baixo e alto Mapuera e rios Cachorro e Cachorrinho (aldeias do rio Mapuera).

Queiroz (2008) diz que estando demarcada a Terra Indígena Trombetas-Mapuera, finalizam-se os estudos técnicos de forma satisfatória. Esses estudos identificaram à luz da verdade as áreas historicamente ocupadas por essas populações tradicionais.

Por fim é ressaltado que em todas as etapas as lideranças indígenas foram incluídas no sentido de ter participação ativa no processo de regularização e demarcação de suas terras. Ao término, foi proposto o uso compartilhado entre as etnias do novo território.

8. CONCLUSÃO

A finalização de todo um esforço que culminou com a demarcação da Terra Indígena Trombetas-Mapuera se traduz na efetivação concreta de uma demanda há muito requisitada pelos povos indígenas que habitam essa área.

Ainda que não existisse uma consciência total de coletividade entre as nações de Trombetas-Mapuera, no sentido de sugerir propostas que beneficiassem a todos (isso ficou claro durante muitas das reuniões realizadas nas aldeias, onde as lideranças tribais pautavam demandas que favoreciam apenas suas aldeias, por exemplo), esse comportamento é item peculiar à natureza indígena, e está longe de se configurar individualismo ou tentativa de obter benesses em detrimento das demais associações indígenas.

A Interdição em 1987 da área que hoje se tornou a última Reserva Indígena no norte do País se fez necessário para que as atividades dos grupos de trabalho pudessem ser efetivadas a contento.

Visto ser tratar de uma imensa região, detentora de uma infinidade de recursos naturais em suas matas, solo e subsolo, a cobiça por parte dessas riquezas por parte de toda uma sorte de invasores (madeireiros, garimpeiros, grileiros, fazendeiros, sem contar o “invasor legal” – mineradoras), justifica em si a efetivação da interdição da região para fins de reconhecimento, cartografia e posterior demarcação. A portaria que levou a interdição não só somou para o trabalho dos grupos como também objetivou proibir a entrada nessas terras de não-índios e demais pessoas não autorizadas pelo órgão competente, no caso, a FUNAI.

Existem dados de estudos realizados em áreas de reserva indígena no Brasil atestando que os territórios que se encontram sob o domínio de etnias são mais preservados, apresentado insignificante perda de cobertura vegetal e solo. Perda por parte de muitas nações nativas, ainda, o espírito de preservação e contemplação das “coisas” da natureza.

O índio, de maneira geral, não tem a expectativa do lucro ao olhar um espécime florestal, ainda que também seja comprovado que algumas tribos façam comércio (justamente através da venda de madeira, de suas reservas, por exemplo) com empresas ou indivíduos, infelizmente. Entretanto o que se quer destacar nesta conclusão é que ainda persiste uma visão, digamos, mais pura, desprovida, não em sua totalidade logicamente, do espectro do ganho. Há de se considerar, porém, que

existe toda uma componente perversa que levou povos tradicionais a agir assumindo comportamentos no ponto de vista do homem branco, como já fora descrito neste trabalho, mas que vale a pena lembrar: invasões de suas terras, pressão para que os mesmos negociem recursos existentes no local, aculturação, catequização, escravização, epidemias, relegação a segundo plano pelo Governo Central, responsável pela política indigenista, entre outras mazelas e omissões.

Ao longo do processo histórico de contatos que o não índio manteve com os povos da floresta (ou costeiros, já que muitas etnias habitavam essas porções quando da oficiosa chegada da Nau Capitânia, em 22 de abril de 1500, no hoje município de Porto Seguro), construiu-se uma série de estereótipos sobre os nativos que lhes renderam adjetivos nada elegantes, tais como: preguiçosos, indolentes, violentos, sujos e canibais.

Eventualmente que o último não seja inverdade, os demais são deveras questionáveis. Vejamos: em primeiro lugar o indígena não tinha a obrigação da labuta diária para suprir suas necessidades alimentares, por exemplo, já que a natureza se encarregava, abundantemente, de suprir tal intento; segundo, indolente é uma questão de ponto de vista, visto que ninguém se sente confortável em ter de desempenhar uma atividade sem ser compensado, tampouco sem ter a obrigação de fazê-la, muito menos quando o “convite” é feito a ferro e fogo; em terceiro, a violência era algo inerente à todas as nações, ditas civilizadas ou não, e os indígenas sempre tiveram a temperamento de guerreiros, sem contar logicamente que os povos das médias e altas latitudes, notadamente os europeus invasores, além de não possuírem histórico de harmoniosos, praticaram muitas chacinas, genocídios e etnocídios, e obviamente não chegaram em terras tupiniquins oferecendo flores aos legítimos proprietários das mesmas e; finalizando o raciocínio, em se tratando de higiene, o colonizador não poderia ter sido mais hipócrita ao descrever o índio como sujo.

Apesar da efetiva demarcação da T. I. Trombetas-Mapuera com a emissão da Portaria Declaratória nº 1.806, em 19 de setembro de 2005 pelo Ministério da Justiça, muito ainda tem de se temer e precaver. As investidas sobre esse território ainda são constante. Pairam muitas incertezas sobre as etnias que estão distribuídas ao longo do rio Trombetas, sendo que a ameaça de avanço da expansão da indústria minerária assim como a retomada dos estudos para

construção de hidrelétricas ao longo da bacia do rio homônimo são as mais preocupantes.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. N. Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159p.
- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- ARAÚJO, S. M. da S. A Constituição do sujeito e a diversidade (ameaçada) da Amazônia. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n. 1, p. 39-49, jan. / jun. 2009.
- ATHIAS, R. Diversidade étnica, direitos indígenas e políticas públicas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, NEPE, 2005. 11 p.
- BARBOSA, A. M. Economia indígena em áreas de florestas na Amazônia: o caso dos índios Wai Wai no sul de Roraima. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2011. 83 p.
- BRASIL. Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, e dá outras providências. 2007.
- CARDOZO, I. B. & VALE JR. I. C. Etnozoneamento da porção paraense das terras indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera. CARDOZO, I. B. & VALE JR. I. C. (Org.). Porto Velho: EDUFRO, 2012. 200p. il.
- CASSETI, V. Ambiente e apropriação do relevo. São Paulo: Contexto, 1993.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- CÂNCIO, R. N. de P. Colonialidade do Poder, Formas de Resistência e Enfrentamento entre os Wai Wai da Amazônia Setentrional. Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas. Nº 07 – ano IV. 2015. 34 p.
- COSTA, J. B. S.; BEMERGUY, R. L.; HASUI, Y.; BORGES, M. S.; FERREIRA JÚNIOR, C. R. P.; BEZERRA, P. E. L.; COSTA. M. L.; FERNANDES, J. M. G. Neotectônica da região amazônica: aspectos tectônicos, geomorfológicos e deposicionais. Geonomos. Revista de Geociências, 1996. 4(2):23-44.
- DEMO, P. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livros, 2010.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1994.

FERREIRA, A. B. de H. Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 789p.

FERREIRA, E. J. G. Composição, distribuição e aspectos ecológicos da ictiofauna de um trecho do rio Trombetas, na área de influência da futura UHE Cachoeira Porteira, Estado do Pará, Brasil. Manaus: ACTA Amazônica 23 (suplemento): 1-89. 1993. 92 p.

FURTADO, A. M. M. & PONTE, F. C. Mapeamento de unidades de relevo do Estado do Pará. In IX Simpósio Nacional de Geomorfologia – SINAGEO. Rio de Janeiro, Anais. 2012.

HOWARD, C. V. A domesticação das mercadorias: estratégias Wai Wai. In: ALBERT, B. & RAMOS, A. R. (Org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP, 2002. pp. 25-60.

HOWARD, C. V. Wrought identities: the Wai Wai expeditions in search of the "unseen tribes" of Northern Amazonia. Chicago: Doctoral Thesis, University of Chicago, 2001.

[HTTPS://WWW.QUILOMBO.ORG.BR/POVOS-INDIGENAS](https://www.quilombo.org.br/povos-indigenas) (acesso em 11/9/2018).

[HTTPS://WWW.TERRASINDIGENAS.ORG.BR/PT-BR/NOTICIA/44816](https://www.terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/44816) (acesso em 11/9/2018).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP. Estatísticas municipais paraenses – Oriximiná. Belém: Governo do Estado do Pará, Diretoria de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação, 2011. 460p.

LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 178p.

MACHADO, M. C. Mapeamento cultural e gestão territorial de terras indígenas: o uso dos etnomapas. Brasília: UnB – Instituto de Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado, 2014. 120 p.

MENDES, A. N. Introdução. Reconhecimento das terras indígenas – situação atual. In: GRAMKOW, M. M. (Org.). 2002. Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002.

OLIVEIRA, L. V de. O cristianismo evangélico entre os Wai Wai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980. Rio de Janeiro: Universidade

Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social. Dissertação de Mestrado, 2010. 143 p.

QUEIROZ, R. C de. Trombetas-Mapuera. Território Indígena. Brasília: FUNAI/PPTAL, 2008.

RADAMBRASIL. Folha SA. 21-Santarém. Levantamento de recursos naturais. Vol. 10. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 1976. 510 p. 7 mapas.

RIVIÈRE, P. Indivíduo e sociedade na Guiana: um estudo comparativo da organização social ameríndia. São Paulo: EDUSP, 2011.

SIOLI, H. Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. (Tradução de BECKER, J.). Petrópolis: Vozes, 1985. 72 p.

SIOLI, H. & KLINGE, H. Solos, tipos da vegetação e águas na Amazônia. Belém: Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, 1962. 1:27-41.

SOUTO, F. O. Entre limites e distanciamentos: alguns aspectos das formações de coletivos “Waiwai” e percursos etnológicos pela Amazônia Oriental. Brasília: UnB – Departamento de Antropologia. Dissertação de Mestrado, 2015. 141 p.